

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Furo Mora (RS)

Class.: 293

Data: 26 de agosto de 1987

Pg.: _____

O presidente da CNBB entregou ao ministro Paulo Brossard as provas de que o Cimi não participou de um suposto "complô" internacional, envolvendo reservas minerais nas áreas indígenas. Irritado, Brossard dirigiu palavras muito duras a Dom Luciano

"Complô" do Cimi não existe, garante presidente da CNBB

Por IVONE CASSOL
Brasília ZH

São falsas as provas usadas para tentar mostrar a atuação do Conselho Indigenista Misionário (CIMI) em favor de interesses de empresas estrangeiras em terras indígenas. Foi isso que dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) disse, ontem, ao ministro da Justiça, Paulo Brossard. Ele entregou ao ministro as provas de que são falsos os documentos em que se basearam as denúncias de um "complô" por parte do CIMI. O início da conversa com o ministro foi tenso, com Paulo Brossard dirigindo palavras duras ao presidente da CNBB, ditas em tom claro e forte, que foram ouvidas até pelas pessoas que estavam na antessala do gabinete do ministro.

"Desde quando o Brasil é nação plurinacional... o uso da cidadania, muito bonito. Anchieta não faria isso, o grande padre Vieira não faria isso... Isto é uma coisa absolutamente estranha ao Direito Constitucional Brasileiro", dizia, aos berros, o ministro, sem que fosse possível ouvir a contra-argumentação de dom Luciano, que sempre fala em voz baixa. Apesar dos jornalistas terem ouvido claramente as palavras do ministro (embora nem tudo fosse escutado) e o tom de recriminação de Brossard era inegável, dom Luciano Mendes não quis fazer maiores comentários sobre o assunto, ao deixar o gabinete.

O presidente da CNBB explicou que, no decorrer da conversa com o ministro, "tudo" foi esclarecido. "A conversa foi cordial", comentou, sugerindo que fosse perguntado ao ministro sobre sua alteração no início da audiência, que durou mais de uma hora. Ao falar com aspereza com dom Luciano, que estava acompanhado por Bernardo Danke, do Serviço de Colaboração Apostólica Internacional, Brossard também se referiu à emenda à Constituinte enviada por austríacos sobre a questão indígena: "Nunca puseram os pés aqui, não sabem uma palavra em português, é uma agressão que se apresentam como protetores dos índios... organizações essas não faltam, até porque recebo todo dia manifestações teleguiadas e estereotipadas. Acho que é obra do Espírito Santo, todas as cartas do mesmo teor. Curiioso, padre... Hoje existe uma organização e é evidente atuando e que interfere com esta liberdade. Isto hoje. E amanhã?"

A documentação usada para comprometer o CIMI é falsa, frisou dom Luciano. Entre os documentos falsificados, o presidente da CNBB citou a carta do secretário do CIMI, Antônio Brandi, o documento do Conselho Mundial de Igrejas e a ata de uma reunião que, segundo dom Luciano, não aconteceu. Para ele, as acusações ao CIMI visam influenciar a Constituinte, chamando a atenção para as terras indígenas, onde há grande interesse de exploração de minérios. A tese que tentaram montar visava comprometer o CIMI com interesses estrangeiros na mineração, disse dom Luciano, classificando essa hipótese de "fantástica".